

30 de setembro a 4 de outubro
Ponta Grossa - PR - Brasil

PROJETOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA UNIMED

FRUTAL-MG

ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY PROJECTS IN UNIMED

FRUTAL-MG

ÁREA TEMÁTICA: 3. ESTUDOS ORGANIZACIONAIS **D) ESTUDOS CRÍTICOS E PRÁTICAS TRANSFORMADORAS EM ORGANIZAÇÕES**

Miriam Pinheiro Bueno, UEMG, Brasil, miriam.bueno@uemg.br
Bruna Mendonça, UEMG, Brasil, bruna14@hotmail.com
Scarlet Connie, UEMG, Brasil, scarlet@hotmail.com
Veridiana Bueno Rosa, veridianarosa@gmail.com

Resumo

O trabalho abordou os princípios do cooperativismo e sua história no Brasil, logo, a sustentabilidade e sua relevância nas práticas externas e internas a cooperativa de saúde. Essas associações de pessoas fundamentadas em aspirações econômicas, sociais, culturais e ambientais em comum, geridas de forma democrática e equitativa aos seus riscos e benefícios, chamaram de cooperativa, um modelo de empresa. O objetivo deste artigo foi avaliar a sustentabilidade ambiental na Cooperativa de Saúde Unimed junto à comunidade frutalense. A metodologia aplicada foi uma pesquisa com abordagem qualitativa descritiva exploratória na Cooperativa Unimed em Frutal-MG. Os resultados mostram que essa cooperativa, busca ser uma empresa consciente nas suas ações e valores. Em relação aos cooperados, enfatiza a importância da participação de todos para a construção de um mundo melhor. Na Comunidade frutalense, envolvendo a própria comunidade e parceiros locais. Conclui-se que a conscientização da sustentabilidade ambiental é feita de forma parcial, por meio de projetos realizados de forma interna a cooperativa. Sugere-se que haja mudanças de paradigmas, uma vez que, a natureza não pode mais ser tratada como mero objeto ao dispor do homem, também, que os gestores considerem como custos adicionais aqueles de natureza ambiental, além da importância da correlação entre o princípio da sustentabilidade ambiental, a atividade econômica e o direito de benefícios fiscais.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; cooperativa de saúde; socioambiental.

Summary

The work covered the principles of cooperativism and its history in Brazil, and thus, sustainability and its relevance in the external and internal practices of the health cooperative. These associations of people based on common economic, social and cultural aspirations, democratically and equitably managed to their risks and benefits, have called a cooperative, a business model. The objective of this article was to evaluate the environmental sustainability in the Unimed Health Cooperative with the fruit community. The applied methodology was a research with descriptive qualitative exploratory approach in the Unimed Cooperative in Frutal-MG. The results show that this cooperative seeks to be a conscious company in its actions and values. With regard to the cooperative, it emphasizes the importance of the participation of all for the construction of a better world. In the community frutalense, involving the community itself and local partners. It is concluded that the environmental sustainability awareness is made partially, through projects carried out internally the cooperative. It is suggested that there be paradigm changes, since nature can no longer be treated as a mere object at the disposition of man, also, that managers consider as additional costs those of environmental nature, besides the importance of the correlation between the principle environmental sustainability, economic activity and the right to tax benefits.

Keywords: sustainable development; health cooperative; socio-environmental.

1. INTRODUÇÃO

O termo sustentabilidade tem sido muito usado ultimamente (2018) no âmbito organizacional. Isso porque, além da preocupação com o meio ambiente, a prática sustentável nas empresas torna-as competitivas no mercado. Além disso, sabe-se que a sustentabilidade ainda passa por um processo de desenvolvimento e de acordo com Rocha (2011) o entendimento de sustentabilidade surgiu a partir da percepção da limitação do uso produtivo de estoques de recursos físicos renováveis e não-renováveis.

Para Elkington (1997), a sucessão do conceito de sustentabilidade é representada com base em três pilares: econômico, social e ambiental.

A sustentabilidade ambiental no qual tratou-se o artigo, tem por embasamento o conceito que começou a ser desenvolvido no Brasil na área de administração na década de 1990 - período em que foram publicados os principais livros e relatórios internacionais sobre o tema.

Sachs (1993) afirma que a sustentabilidade ambiental se relaciona à eficácia de conservação dos ecossistemas - que é a capacidade de absorção e reestruturação dos ecossistemas.

O cooperativismo é uma evolução do termo associativismo, o qual surgiu nas sociedades mais remotas pela necessidade de se encontrar soluções para ameaças e problemas comuns a determinados grupos de indivíduos (Simão & Bandeira, 2014).

De acordo com a ANS (2001), o setor de saúde suplementar pode ser dividido em quatro segmentos onde as cooperativas que ofertam serviços de assistência à saúde com a presença de convênios médico-hospitalares é um dos que predominam o atual sistema e se destacam nas regiões Sul e Sudeste do país.

1.1 PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA

Como é realizada a sustentabilidade na Cooperativa de Saúde Unimed junto à comunidade Frutalense?

As cooperativas de trabalho médico, em especial o sistema Unimed, mostra-se um caminho profissional médico excelente para o ingresso no mercado de trabalho, pois proporciona acesso à sua rede de clientes, tecnologia, recursos, informações, ganhos sociais, remuneração relativamente adequada e mantém o caráter liberal da profissão (FNQ, 2012 & Marino, 2011).

O Cooperativismo é um movimento, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus fundamentos são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia OCB SESCOOP (2014). Esse conceito possui convergência com o conceito de sustentabilidade no qual o desenvolvimento econômico e o bem-estar social aliam-se à preservação dos recursos ambientais e assim propiciam um “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 42).

A palavra “sustentabilidade” tem sido aplicada nas mais variadas explicações. Mas, de forma geral, o conceito evoluiu para designar a integração das dimensões ambiental, econômica e social de um lugar. Mais uma vez, temos, nessa visão, o cooperativismo como precursor da sustentabilidade moderna, colocando as necessidades humanas em seu centro e sendo capaz de responder às crises atuais. Segundo Meadows e Randers (1992) a sustentabilidade é uma técnica de desenvolvimento que resulta na melhoria da qualidade de vida e simultaneamente na minimização dos impactos ambientais negativos.

Nesse contexto, o trabalho tem como objetivo Avaliar a sustentabilidade ambiental na Cooperativa de Saúde Unimed junto à comunidade Frutalense em Futral-MG.

1.2 METODOLOGIA

Segundo Koche (2009), o método científico envolve um suceder alternativo entre reflexão e experimento. O pesquisador elabora ideias ou hipóteses definidas à luz do conhecimento disponível.

Neste estudo, utilizou-se a técnica de documentação indireta com pesquisa bibliográfica a respeito do tema abordado com acompanhamento de artigos e livros Lakatos e Marconi (2017) afirma que a pesquisa bibliográfica é entendida pela junção de informações apanhadas em meio já publicados como livros, trabalhos de conclusão de curso e artigos científicos.

Aplicou-se a técnica de documentação direta de pesquisa de campo na Cooperativa Unimed, situada no município de Futral, Estado de Minas Gerais com abordagem qualitativa descritiva exploratória, que consiste em aumentar a familiaridade do pesquisador a cooperativa estudada. De acordo com Merriam (2016) o foco das pesquisas qualitativas está no entendimento das interpretações de um determinado contexto, observando a interação dos indivíduos e suas experiências.

Empregou-se a observação direta e intensiva por meio de um questionário com cinco perguntas abertas aplicado na própria cooperativa. O questionário foi respondido e autorizado pela gerente administrativa da cooperativa.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Cooperativismo

O cooperativismo é uma evolução do termo associativismo, o qual surgiu nas sociedades mais remotas pela necessidade de se encontrar soluções para ameaças e problemas comuns a determinados grupos de indivíduos (Simão & Bandeira, 2014).

O cooperativismo baseia-se na cooperação dos seus associados com princípios na humanidade, solidariedade, racionalidade e democracia. Visa o aprimoramento do ser humano nas dimensões sociais, econômicas e sociais, preocupando-se com a qualidade dos seus produtos e serviços, buscando construir uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável.

Farias e Gil (2013) destacam que a doutrina cooperativista é humana, pois concede ao homem uma importância fundamental, bem como suas necessidades, interesses e pretensões tendo como princípio a igualdade. Visa a renovação social por meio da cooperação. Os valores que se destacam é o ser e não o ter (humanismo, liberdade, igualdade, solidariedade, racionalidade, democracia, justiça social).

Ainda seguindo o pensamento de Farias e Gil (2013) o cooperativismo tem objetivo humanista com foco no bem-estar social, econômico e cultural das pessoas, na qual se unem de maneira formal ou informal com a mesma finalidade, sem visar lucro. Dentre as vantagens do cooperativismo está a conscientização para a ação coletiva e para a possibilidade de criar formas mais solidárias e participativas no trabalho.

De acordo com Albino (2004), no que se refere à fundamentação legal do cooperativismo (Lei N° 5.764), as cooperativas são regidas internamente pelos estatutos sociais e regimentos internos. O estatuto social se refere aos direitos e deveres dos cooperados, com capítulos que descrevem sobre denominação, sede, foro, prazo de duração, área de ação e ano social; obje-

tivos; admissão, eliminação e exclusão dos cooperados; capital social; assembleia geral ordinária e extraordinária; conselho de administração; conselho fiscal; eleições; voto; balanço, despesas, sobras, perdas, fundos; livros obrigatórios; dissolução e liquidação; disposições gerais, transitórias; outros assuntos de interesse da sociedade cooperativa, desde que não infrinjam a lei cooperativista.

De acordo com Gomes (2012) o cooperativismo possui princípios, que foram desenvolvidos pela Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, desta forma, crescendo e alcançando dezenas de sócios. O exemplo de Rochdale expandiu pela Inglaterra e mais tarde por outros países, além de representarem um importante mercado consumidor. Posteriormente, numerosas cooperativas foram fundadas à base desses princípios. Em resumo eram 8 princípios:

- 1º a Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio dispondo de um voto;
- 2º a Sociedade seria aberta a quem dela quisesse participar, desde que integrasse uma quota de capital mínima e igual para todos;
- 3º qualquer dinheiro a mais investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria ao seu possuidor qualquer direito adicional de decisão;
- 4º tudo o que sobrasse da receita deduzidas todas as despesas, inclusive juros, seria distribuída entre os sócios em proporção às compras que fizessem da cooperativa;
- 5º todas as vendas seriam à vista;
- 6º os produtos vendidos seriam sempre puros e de boa qualidade;
- 7º a Sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo;
- 8º a Sociedade seria neutra política e religiosamente.

Esses princípios tiveram algumas alterações, sem perder suas ideias, apenas adaptadas para a modernidade. De acordo com Meinen e Port (2014) essas alterações aconteceram em novembro de 1995, em Manchester, Inglaterra, no XXXI Congresso da ACI (Associação Cooperativa Internacional) na qual ficaram definidos os sete princípios do cooperativismo:

- 1º Princípio: Adesão Livre e Voluntária
- 2º Princípio: Gestão Democrática pelos Cooperados
- 3º Princípio: Participação Econômica dos Cooperados
- 4º Princípio: Autonomia e Independência
- 5º Princípio: Educação, Formação e Informação
- 6º Princípio: Intercooperação
- 7º Princípio: Interesse pela Comunidade

Os princípios serviram de base à doutrina cooperativista, e, pela sua ênfase nos aspectos das relações entre sócios, assim como, pela estrutura de poder formal por eles determinada, desta maneira fez com que isso se tornasse um diferencial consideravelmente das empresas tradicionais. Enquanto que em uma empresa o poder está determinado pelo capital por meio do número de ações de cada um dos sócios, nas cooperativas a cada sócio corresponde um voto, independentemente do capital por ele aportado à empresa.

Segundo De Placio e Silva (2000), a palavra cooperativa procede do *latim cooperativus*, de *cooperari*, que quer dizer cooperar, colaborar, trabalhar com os outros, com o objetivo de atingirem objetivos comuns.

De acordo com Meira (2013) as associações são instituições muito antigas, na qual tiveram suas origens estabelecidas na era Medieval. Já as associações como forma de cooperativas, a princípio, teriam surgido na Inglaterra, na primeira metade do século XIX, por influência de Robert Owen (1771/1858), onde introduziu ideias sobre cooperação que serviram de inspiração para futuras cooperativas que viriam se formar futuramente. Em 1843, após a Revolução Industrial, trabalhadores que passavam por longas jornadas de trabalho, podendo chegar até 18 horas diárias, foram em busca dos seus direitos e para reivindicar sobre os baixos salários e a situação precária em que viviam. No distrito de Rochdale, Inglaterra, um grupo de 28 tecelões se uniram para criar a primeira cooperativa da história: a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale.

Campos Junior (2000) relata que o surgimento de cooperativas no Brasil demonstrou as primeiras manifestações no século XIX por influência das ideias de Rochdale.

Ainda sob o pensamento de Campos Junior (2000) o cooperativismo brasileiro foi marcado profundamente entre 1870 e 1901 com a significativa quantidade de imigrantes que vieram para o Brasil, em torno de 700.000 estrangeiros sendo italianos, portugueses, espanhóis e austríacos.

O Quadro 1 apresenta detalhes a respeito do histórico das cooperativas no Brasil.

1530-1879	Primeiras experiências brasileiras de cooperação econômica e social nas missões sebastianistas, reduções jesuíticas e no Quilombo dos Palmares, entre outras.
1889	Fundada a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, Minas Gerais, a primeira cooperativa do modelo rochdaleano que se tem notícia no Brasil, pouco depois a mesma iniciativa foi adotada em outros estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano, no Paraná, o agrônomo italiano Giovanni Rossi fundou a sua colônia de base cooperativa e doutrina socialista.
1902	Os colonos da região de Nova Petrópolis, no RS, orientados pelo padre jesuíta Theodor Amstad, fundaram uma cooperativa no setor de crédito, chamada Caixa Rural, atual Sicredi.
1903	A crise do café em São Paulo foi um estímulo à criação de cooperativas como forma de defesa dos interesses dos produtores rurais no Estado.
1932	Decretada a primeira lei cooperativa do Brasil, o Decreto 22.239/32, dispondo sobre a organização e o funcionamento das sociedades cooperativas.
1964	Com a Lei 4.595, o Governo Federal reformou o sistema bancário e estabeleceu normas da política financeira que quase acabou com as cooperativas de crédito no País.
1969	Criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) a partir da unificação da União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco) e Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP).
1970	Fundada a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) e início da instalação de várias Organizações Cooperativas Estaduais (OCEs) em vários Estados do país.
1971	Lei 5.764 reconhece a OCB como órgão de representação única do cooperativismo no País e define as relações entre cooperativas e cooperados, o chamado Ato Cooperativo.
Década de 1990	As cooperativas de trabalho, no Brasil, passaram de 629 para 1.661.

Quadro 1 - Histórico do Cooperativismo no Brasil segundo a SESCOOP, 2013, p. 4.

No Brasil existem 13 ramos de atuação das cooperativas, na qual facilita a formação de federações, centrais e confederações das quais operam dentro do mesmo ramo. Sendo eles cooperativas de agropecuárias, consumos, créditos, educacionais, habitacionais, infraestrutura, mineração, produção, saúde, sociais, trabalho, transporte, turismo e lazer. Desta forma auxiliando a participação dos diversos grupos sociais que tenham interesse em fazer parte do

cooperativismo, seja ele na comunidade em que pertencem na prestação de serviço ou até mesmo se tiverem interesse em formar uma cooperativa.

As Cooperativas e Associações no Setor de Plano de Saúde são cooperativas formadas por colaboradores no setor da saúde, mais especificamente, os que se dedicam à preservação e recuperação da saúde humana (exemplos: médicos, dentistas, psicólogos, enfermeiros e profissionais de outras atividades afins).

Da mesma forma que as outras cooperativas, as de saúde também visam à divisão igualitária dos benefícios e obrigações, não possuem limite de sócios, desde que superior a vinte pessoas físicas e tem suas decisões tomadas em assembleias.

Segundo Silva (2000), alcançar condições adequadas de trabalho e investir na capacitação profissional e cooperativista é um dos principais objetivos das cooperativas de saúde, oferecendo treinamento e especialização complementar à formação acadêmica, levando em conta a tríplice posição dos cooperados, em coproprietários (donos) da empresa, fornecedores de serviços ao mercado e usuários de seus serviços.

De acordo com dados de março/2018, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, somam um total de 2.226 operadoras de saúde registradas, o Sistema de Cooperativas Médicas e Odontológicas representam em torno de 27% do total de operadoras registradas, sendo responsável por 30% do mercado de saúde brasileiro. De acordo com dados da OCB (2018), existem, no Brasil, 919 cooperativas de saúde, juntamente com 245.820 cooperados e 41.464 funcionários.

Legalmente, as cooperativas do ramo de saúde são regidas pela lei do cooperativismo, que normatiza os aspectos societários, diretivo e fiscalizador, bem como por agentes reguladores, representados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), baseada no artigo 174 da Constituição Brasileira e demais legislações específicas, relacionadas ao segmento. A criação da ANS, por meio da lei n. 9.961/2000, visou a uniformizar, a regulamentar e a fiscalizar as atividades das operadoras de planos de saúde no Brasil (ANS, 2003).

De acordo com a ANS (2001), o setor de saúde suplementar pode ser dividido em quatro segmentos:

- 1- medicinas em grupo que trabalha com convênios médico-hospitalares distribuídas entre operadoras que possuem ou não sua rede própria e aquelas associadas a hospitais filantrópicos;
- 2- cooperativas que ofertam serviços de assistência à saúde com a presença de convênios médico-hospitalares;
- 3- autogestão, que consiste em um sistema fechado de assistência à saúde, público ou privado, que oferta serviço apenas a um público específico;
- 4- seguradoras que comercializam o seguro saúde e, portanto, se enquadram na regulamentação de seguros, como também produtos enquadrados na legislação dos serviços privados de assistência à saúde.

O segundo segmento é um dos que predominam o atual sistema e se destacam nas regiões Sul e Sudeste do país; e o que dedica-se o estudo no presente artigo.

2.2 SUSTENTABILIDADE

Entende-se por sustentabilidade o processo de desenvolvimento sustentável que deve ser convencionado em longo prazo. Torna-se necessário a adaptação do modelo atual de desenvolvimento: o capitalista-industrial, para um desenvolvimento com sustentabilidade, uma vez que, para o pleno desenvolvimento deve-se considerar o desenvolvimento dos seres humanos, dos animais, das plantas e de todo o planeta Terra.

Nesse aspecto, de acordo com Veiga (2010, p. 04):

“Até o final dos anos 1970, o adjetivo “sustentável” não passava de um jargão técnico usado por algumas comunidades científicas para evocar a possibilidade de um ecossistema não perder sua resiliência, mesmo estando sujeito à agressão humana recorrente. O exemplo mais óbvio é o da pesca que não compromete a reprodução dos cardumes” (Veiga, 2010, p.4).

De acordo com Rocha (2011) o entendimento de sustentabilidade surgiu a partir da percepção da limitação do uso produtivo de estoques de recursos físicos renováveis e não-renováveis. Uma vez que, a ideia de sustentabilidade se dá pela exploração destes recursos, visto que são finitos, tem como base a tecnologia do consumismo ocidental. Desta forma, a sustentabilidade abrange a perspectiva de preservação dos ecossistemas, da qual a existência pode ser ameaçada pelo uso produtivo (Rocha, 2011)

Leff (2014) acrescenta:

O princípio de sustentabilidade surge como uma resposta à fratura da razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano. Trata-se da reapropriação da natureza e da invenção do mundo; não só de um mundo no qual caibam muitos mundos, mas de um mundo conformado por uma diversidade de mundos, abrindo o cerco da ordem econômico-ecológica globalizada (Leff, 2014, p.31).

Portanto a sustentabilidade deu-se em razão do surgimento da globalização, uma vez que, sustentabilidade é a aptidão do sistema em manter o seu estado constante no tempo, considerando a relação homem versus natureza. Trata-se de um processo que deve incorporar a sociedade com um todo, o que inclui elementos físicos, mentais e espirituais desse processo de transformação. Sendo necessária essa integração para enfim ocorrer o desenvolvimento a partir da sustentabilidade. Tal processo beneficia a todos, isto é, com a sustentabilidade pode-se obter o desenvolvimento de empresas, sejam elas de produção ou de preservação, visto que, ao integrar todos os elementos de uma sociedade para que ocorra o desenvolvimento sustentável, o resultado será o progresso absoluto das atividades humanas e do meio ambiente, uma vez que o meio ambiente que será responsável por nos oferecer os recursos necessários para existência humana no planeta Terra.

Ao referir-se a sustentabilidade empresarial, Lapenda (2017, p.01) afirma que:

A sustentabilidade empresarial vem sendo ampliada nos últimos anos a partir da incorporação de práticas sociais e ambientais, visando atender as necessidades da sociedade. A sustentabilidade não visa, tão somente, a formação de uma relação do empreendimento com os clientes, visando o estabelecimento de diálogos e uma relação ética e transparente com esse público. Busca, sobretudo, a incorporação das práticas corretas de sustentabilidade para a valorização da imagem

institucional e da marca. Objetiva, também, além a maximização da riqueza dos acionistas, a preservação de recursos ambientais e culturais, respeitando as diversidades, buscando a redução da desigualdade social (Lapenda, 2017, p.1).

De acordo com Afonso (2006) durante os trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991) confirmou-se que se têm acarretado problemas críticos de degradação ambiental por entre os mesmos processos que têm possibilitado o crescimento econômico. O que abrange a necessidade de remodelar nosso modo de vida. Sendo assim a ideia de sustentabilidade é caracterizada pela CMMAD como “um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”.

Tal processo de transformação origina na modificação de diversas perspectivas da vida social e econômica. A Comissão recomenda que para haver sustentabilidade, é necessário que:

- todos tenham suas necessidades básicas atendidas e sejam proporcionadas oportunidades de concretizar seu desejo de uma vida melhor;
- os padrões de consumo sejam mantidos dentro do limite de interferência que o meio natural pode suportar;
- as necessidades humanas sejam atendidas de modo igualitário, assegurando a todos as mesmas oportunidades;
- a evolução demográfica esteja em equilíbrio com o potencial produtivo dos ecossistemas;
- os sistemas naturais que suportam a vida na Terra – atmosfera, águas, solos, seres vivos – não sejam degradadas;
- o acesso equitativo aos recursos ameaçados seja garantido, reorientando-se os avanços tecnológicos no sentido de avaliar as pressões de sobre-utilização dos recursos;
- os recursos renováveis sejam usados dentro de limites que permitam sua regeneração natural;
- os recursos não renováveis sejam utilizados de modo racional, com ênfase na reciclagem e no uso eficiente, de modo que não os esgotem antes de haver substitutos adequados;
- os impactos negativos sobre a qualidade do ar, da água, e dos demais elementos naturais sejam minimizados, a fim de manter a integridade global do sistema (Afonso, 2006, p.12).

Almeida (2012, p.18) relata “O Brasil é um país de contexto singular dono de uma das maiores biodiversidades do planeta e de extensa faixa territorial que engloba diversos ecossistemas”. Ao discutir sobre sustentabilidade entre as pessoas, estimula-se a preocupação progressiva sobre o impacto ambiental causado pelas práticas empresariais. Tornou-se pré-requisito a exigência de um bom desempenho ambiental, o que antes era apenas um diferencial. Visto que, inclui-se a capacidade de gerenciar e minimizar impactos, a fim de tornar determinada indústria reconhecida como fabricante de produtos com qualidade comprovada (Almeida, 2012).

No Brasil, o conceito de sustentabilidade ambiental começou a ser desenvolvido na área de administração na década de 1990 - período em que foram publicados os principais livros e relatórios internacionais sobre o tema.

De acordo com Sachs (1993) a sustentabilidade ambiental se relaciona à eficácia de conservação dos ecossistemas - que é a capacidade de absorção e reestruturação dos ecossistemas. Sachs explica que "a sustentabilidade ambiental pode ser alcançada por meio da intensificação do uso dos recursos potenciais para propósitos socialmente válidos; da limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-se por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos; redução do volume de resíduos e de poluição; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas" (Sachs, 1993)

Em oposição ao conceito de Sachs, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991) afirma é necessário à inexistência riscos para os elementos naturais que sustentam a integridade global do ecossistema: a qualidade do ar, dos solos, das águas e dos seres vivos. A CMMDA complementa que é preciso encontrar novas tecnologias para diminuir a pressão sobre o meio ambiente, que minimizem o esgotamento e propiciem substitutos para esses recursos. Sendo assim, nessa linha de pensamento a sustentabilidade ambiental é a capacidade de manter o ambiente natural acessível à manutenção das condições de vida para as pessoas e para as outras espécies. A adoção das medidas que deem sustentação ambiental garante, em médio e longo prazo, um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana, garantindo a manutenção dos recursos naturais (florestas, matas, rios, lagos, oceanos) necessários para a qualidade de vida das próximas gerações.

Carli (2015) trazendo para o âmbito jurídico e fiscal acrescenta que:

A propósito, no art. 170, da carta Magna brasileira de 1988, estão plasmados os princípios norteados da atividade econômica, entre os quais destaca a defesa do meio ambiente, donde se extrai o princípio da sustentabilidade ambiental. Tal norma foi inserida pela Emenda Constitucional nº 42/2003, e sua melhor interpretação é no sentido de que toda atividade antrópica de natureza econômica deve ter como premissa inafastável a observância do princípio da sustentabilidade ambiental, merecendo tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental em todas as fases do produto; ou seja, as externalidades negativas ambientais precisam ser avaliadas desde o projeto de elaboração do produto até seu descarte, internalizando, de alguma forma, os custos decorrentes de prejuízos (Carli, 2015, p.9).

Considerando esse vínculo entre normas jurídicas e proteção ambiental, de acordo com Costa et al (2015) "os governantes podem fazer uso do direito tributário. Dentre as possíveis estratégias a serem adotadas pelo poder público, capazes de promover sinergias entre o sistema tributário e a preservação do meio ambiente, há alternativas voltadas para a adoção (i) de um sistema punitivo ou (ii) de um sistema de incentivos" (Carli, 2015, p.25)

Segundo Costa et al (2015) os tributos têm como objetivo principal disponibilizar recursos para que o Estado possa levar a efeito as responsabilidades afetas ao interesse público; ou seja, finalidade fiscal. Sendo assim também podem favorecer a mudança de paradigmas e comportamentos e impulsionar a gestão dos mananciais de águas, por meio da utilização da denominada *extrafiscalidade*.

A noção de extrafiscalidade é extraída da Lei nº 12.305/2010 (Diploma normativo que disciplina a Política Nacional de Resíduos Sólidos), que autoriza a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios a conceder incentivos fiscais para os empreendedores que trabalham com reciclagem de resíduos sólidos, bem como às empresas cujo objeto é a limpeza urbana,

além de incentivos à realização de projetos em parceria com as cooperativas de catadores de material próprio para reuso (Carli 2015, p.29).

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Frutal é um município brasileiro localizado no interior do estado de Minas Gerais, Região Sudeste do país. A cidade é caracterizada por ser grande produtora de abacaxi, cana, grãos, além de ser um dos polos em educação do estado, contando com a Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG-Frutal. A cidade leva esse nome devido sua história ao tempo de sua fundação, ter riachos cheios de jabuticabas.

Sua população, segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, é de 57 795 habitantes. Considerada uma cidade média pequena. Sua área total é de 2.426,966 km² e a densidade demográfica é de 22,03 hab/km².

A economia básica é a agropecuária e a cana-de-açúcar. Também se destaca por ser a terceira maior produtora de abacaxi do país, grãos (em especial soja e milho) e na pecuária leiteira (IBGE, 2015).

A primeira Unimed foi fundada em 1967, na cidade de Santos/SP por um grupo de médicos, insatisfeitos com as más condições de atendimento oferecidas pelo sistema público de saúde e com a crescente atuação das empresas de medicina de grupo, que iniciavam uma exploração comercial do setor, criaram um modelo inédito no mundo: o cooperativismo de trabalho médico.

O sistema de saúde criado pela Unimed resgatava a ética na prática da medicina, oferecendo condições dignas de trabalho ao profissional médico e garantindo a qualidade do atendimento médico hospitalar a um preço justo. Na Unimed, cada médico cooperado é também dono do negócio, e isso faz a diferença.

Atualmente a Unimed é a maior rede de assistência médica do Brasil, presente em 83% do território nacional. São com mais de 113 mil médicos cooperados, 347 cooperativas, 18 milhões de beneficiários, 2.611 hospitais credenciados, 114 hospitais próprios, além de pronto-atendimentos, laboratórios, ambulâncias para garantir qualidade na assistência médica, hospitalar e de diagnóstico complementar oferecidos. Realiza mais de 92 milhões de consultas/ano; 2,2 milhões internações/ano; e 197 milhões de exames complementares/ano.

Como classificação, as Unimeds locais que atuam nos municípios são chamadas de Unimeds Singulares. As Unimeds Singulares de um mesmo estado são classificadas como Federações Estaduais. E a Unimed Brasil, por sua vez, são federações reunidas em uma Confederação Nacional.

A Unimed de Frutal conta com 48 cooperados, 33 colaboradores e atende os municípios de Frutal, Planura, Pirajuba, Comendador Gomes, Fronteira e Itapagipe. Conta com um hospital credenciado, além de 4 laboratórios aptos para o atendimento Unimed. Possui dois postos de atendimento sendo um na cidade de Itapagipe e outro em Pirajuba. Seu órgão representativo é a OCEMG.

Para a Unimed, sustentabilidade significa o equilíbrio entre as saúdes econômica, saúde social e saúde ambiental. Na busca deste equilíbrio, propõe-se atuar com excelência operacional, ética nas relações e transparência para a sociedade, incentivar o suprimento local e responsável, promover o desenvolvimento humano, o engajamento comunitário e as ações social e cultural, reduzir resíduos e emissões, e estimular o consumo consciente (Unimed, 2015).

O questionário aplicado foi respondido pela gerente administrativa da cooperativa.

Na questão 1, foi perguntado quantos cooperados a Cooperativa de Saúde Unimed Frutal possui?

A cooperativa respondeu que possui 48 cooperados.

Foi perguntado na questão 2, quais são os projetos ambientais que a Cooperativa realiza?

Ela respondeu que possui os seguintes projetos:

1. Uso de canecas de louças para colaboradores;
2. Separação do lixo reciclável;
3. Campanha de pets e lacres - eu ajudo na lata.

Os projetos são realizados anualmente junto aos cooperados.

Questiona-se na 3, como a cooperativa conscientiza os cooperados sobre seus projetos ambientais?

Foi relatado que são demonstrados a necessidade de participação em todos os aspectos inclusive no que se refere ao meio ambiente, pois é dele que pode-se buscar fontes de uma vida saudável.

A pergunta 4, refere-se à mensuração dos resultados da cooperativa quanto aos seus projetos ambientais é realizado como?

Para os cooperados é realizado por meio do relatório de gestão e reuniões das assembleias gerais e portal Unimed.

Tratando-se da comunidade frutalense é exposto por meio do jornal local.

Na 5ª questão, foi interrogado de que forma esses projetos ambientais contribuem para a sustentabilidade?

Tratando-se da cooperativa, busca ser uma empresa consciente nas suas ações e valores. Em relação aos cooperados, enfatiza a importância da participação de todos para a construção de um mundo melhor. Na comunidade frutalense, envolvendo a própria comunidade e parceiros locais.

CONCLUSÃO

O processo sustentável na Unimed busca a harmonia entre a saúde econômica, social e ambiental da cooperativa de forma a atender as necessidades da geração atual sem comprometer as gerações futuras. Pelo fato das Unimed possuírem uma gestão independente, a Unimed Brasil busca iniciativas para uniformizar a gestão da sustentabilidade no sistema, de forma a equilibrar o econômico, social e ambiental.

A pesquisa consistiu em analisar a sustentabilidade ambiental na Cooperativa de Saúde Unimed de Frutal junto à comunidade frutalense, no qual diante a resolução de um questionário chegou-se a conclusão que a conscientização da sustentabilidade ambiental é feita de forma parcial, por meio de projetos realizados de forma interna a cooperativa.

Sugere-se que uma mudanças de paradigmas em relação ao meio ambiente natural, a fim de garantir as diversas modalidades de atividade econômica, que movimentam a economia, geram empregos e oportunidades, visto que a vida em relação impõe meios de sobrevivência.

Assim, adotar a Sustentabilidade Ambiental é condição necessária para a construção de uma economia de mercado que visa a harmonizar o equilíbrio dos ecossistemas com as atividades econômicas.

Nesse sentido, devem ser criadas condições para que os empreendedores públicos ou privados, ao desenvolverem produtos, considerem como custos adicionais aqueles de natureza ambiental.

Por fim, reconhece-se a importância dos tributos e benefício fiscal, como instrumento hábil para acelerar o processo de novas práticas empresariais, nas quais a sustentabilidade deve ser argumento básico em toda a cadeia de produção: da elaboração do produto até seu descarte.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR–ANS (2017a). Acesso em 08 de Maio de 2018.
- ALBINO, Gawlak. Cooperativismo: primeiras lições. Brasília: SESCOOP, 2004.
- ALMEIDA, Fernando. Sustentabilidade Experiências Empresariais em Sustentabilidade: Acanços, dificuldades e motivação de gestores e empresas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=aVAaBQAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=sustentabilidade&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjltODy-7zaAhXJfpAKHV-vAFEQ6wEIODAC#v=onepage&q=sustentabilidade&f=false>>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- CARLI, Ana Alice de et al. Tributação e sustentabilidade ambiental. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2015. 312 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=dy6HCgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 maio 2018.
- CAMPOS JUNIOR, Luiz de Castro. O cooperativismo no vale do paranapanema: estudo das cooperativas riograndense, agropecuária de pedrinhas paulista e coopermmota (1980-1995). Marília sp: Unimar, 2000.
- DA SILVA, Francisco Pereira. Cooperativa: uma nova relação de trabalho: o caso da Unimed Circuito das Águas, São Lourenço/MG. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção de Sistemas) – Centro Tecnológico / Mestrado em Engenharia de Produção de Sistemas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2000.
- ELKINGTON, J. 1997. Cannibals with Forks: The triple bottom line of 21st century business. Capstone: Oxford
- FARIAS, Cleuza Maria; GIL, Marcelo Freitas. Cooperativismo. Pelotas-rs: E-tec Brasil, 2013.
- IBGE. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros. *Estimativa populacional. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1 de Julho de 2014*. Acesso em 08 de Maio de 2018.
- GOMES, Adriano. Contabilidade Intermediária. Curitiba - Pr: Iesde Brasil, 2012. 264 p.
- KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.. Fundamentos de metodologia científica. 8. Ed. São Paulo: Gen/ atlas, 2017
- LAPENDA, José Ticiano Beltrão. Sustentabilidade empresarial: A sustentabilidade empresarial alicerçada no tripé econômico, social e ambiental, levando a empresa a obter maior competitividade. 2017. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/sustentabilidade-empresarial/104885/>>. Acesso em: 14 de Abril de 2018.
- LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. Cooperativismo financeiro: Percurso histórico, perspectivas e desafios. São Paulo - Sp: Confedbras, 2014. 552 p.
- MERRIAM, S. B. Qualitative research: A guide to design and implementation 4.ed. Jossey-Bass, 2016

- MLADENATZ, Gromoslav. História das doutrinas cooperativistas. Brasília: Confebras, 2003. Operadora. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/planos-de-saude-e-operadoras/informacoes-e-avaliacoes-de-operadoras/consultar-dados>>. operadoras: Informações e Avaliações de Operadoras: Consultar dados e planos da pesquisa. 29.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ROCHA, Jefferson Marçal da. Sustentabilidade em questão: Direito e Economia. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=5LKZBAAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=sustentabilidade&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjltODy-7zaAhXJfpAKHV-vAFEQ6AEIWjAI#v=onepage&q=sustentabilidade&f=false>>. Acesso em: 14 de Abril de 2018.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.
- SESCOOP. História: Cooperativismo no Brasil. Disponível em: <<http://portaldocooperativismo.org.br/cooperativismo/4/historia/53>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- SICOOB. Tipos de cooperativas: os 13 ramos atuantes no brasil: Cooperativas de Saude. 2016. Disponível em: <<http://www.sicoobsc.com.br/altovale/noticias/tipos-de-cooperativas-os-13-ramos-atuantes-brasil/>>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- VEIGA, José Eli da. Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor. 2. ed. São Paulo: Senac, 2010. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=v-IDDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=sustentabilidade&ots=FzUf5__Sh1&sig=ac8hESyoTXLoV-Ny-fftBn3Tcwe#v=onepage&q=sustentabilidade&f=false>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- UNIMED. Portal Unimed. Relatório Sustentabilidade. 2015. Disponível em: <http://www.unimed.coop.br/portalunimed/flipbook/unimed_brasil/relatorio_de_sustentabilidade_2015/files/assets/common/downloads/publication.pdf> Acesso em 08 de Maio de 2018.